



ID: 33817092

26-01-2011

Domingues Azevedo, bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

# “Os cidadãos gastam mais do que ganham”

A crise, o orçamento, a poupança, a carga fiscal são temas sobre os quais Domingues Azevedo fala neste Especial. O bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas faz uma análise ao passado e ao presente da vida financeira do país. Afirma que a crise é o resultado de várias situações. Uma delas é, com certeza, viver acima das possibilidades.

Sofia Abreu Silva

**OPINIÃO PÚBLICA:** Com as medidas anunciadas e algumas já em prática, podemos afirmar que 2011 será o ano do “tudo ou nada” em termos financeiros para o país?

**DOMINGUES AZEVEDO:** A crise que actualmente assola a Europa é o confluír de um conjunto de situações, algumas inerentes a factores endógenos de cada país, mas outros, em minha opinião, provenientes de estratégias erradas tomadas pela Comunidade Europeia. Não só em Portugal, mas com especial incidência nos países europeus, nos últimos anos temos vindo a assistir a um aumento muito significativo de mecanismos de protecção social, ao mesmo tempo que, no silêncio dos respectivos estados, as instituições financeiras fizeram uma verdadeira cruzada de apelo ao endividamento. Enquanto as alternativas de endividamento foram dando para cobrir as responsabilidades assumidas, as coisas foram-se aguentando, mas quando se esgotaram essas alternativas, acabou por se concluir que as pessoas não podiam pagar o que haviam pedido. Por outro lado, a assinatura do GATT pela Comunidade Europeia, embora admitindo alguns benefícios, acabou por deslocar os meios de produção tradicionais dos países menos desenvolvidos. Tal facto acabou por aportar aos governos responsabilidades para as quais não estavam preparados financeiramente, obrigando-os ao recurso a financiamentos alheios, isto é, ao endividamento do próprio estado. Mas a questão de fundo é que Portugal, bem como outros países, desde há muito que vivem acima das suas possibilidades, isto é, os cidadãos gastam mais do que ganham e a consequência é que, mais tarde ou mais cedo, teremos que poupar para pagar o que pedimos. Essa poupança, sob pena de colocarmos em crise a sustentabilidade social, tem que operar-se, independentemente de quem a executa, pois o que está em causa é o Estado como pessoa de bem que honra os seus compromissos.

**O que assistimos é a definição de um conjunto de medidas para restabelecermos o reequilíbrio na nossa vida financeira. Serão suficientes?**

A resposta é positiva, não obstante, a actual crise veio colocar uma nova problemática à questão do endividamento, na medida em que veio obrigar a um recálculo do custo da dívida num futuro próximo, pois a alteração da taxa de juro veio obrigar a repensar aquele custo e das suas consequências não só na quele custo, mas também na diminuição da capacidade financeira para amortização da dívida.

**Disse, recentemente, que as novas regras previstas no Orçamento de Estado para 2011 vão agravar de forma significativa a carga fiscal sobre as empresas....**

Tem-se vindo a cultivar a ideia que as empresas são focos privilegiados para a fraude e evasão fiscais. Infelizmente, existem algumas empresas que, com o seu comportamento, acabam por justificar e dar razão a esse conceito. Mas, tomar a parte pelo todo, é um exercício não justificado. Menospreza-se de forma intencional o indiscutível papel que as empresas desempenham na estabilidade social, com a manutenção de emprego e, através dele, a estabilidade social. O Governo deveria entender que por cada empresa que encerra a sua actividade devolve-lhe a ele a responsabilidade de garantir minimamente a sobrevivência dos que ficaram sem rendimentos do seu trabalho. Ter uma visão das empresas, com especial relevo para as de pequena e média dimensão, apenas na óptica da economicidade, é ter uma percepção errada do papel social desempenhado pelas empresas e dos efeitos que o seu encerramento representa para o erário público....

**São medidas tomadas por pessoas que estão fechadas em gabinetes?**

Infelizmente, o conceito descrito atrás é levado ao extremo no Orçamento de Estado para o ano de 2011, colocando em crise questões estruturais em que assenta o nosso sistema tributário, acabando por lançar anátemas e dúvidas sobre as empresas sem fundamento nem justificação. É o que se passa com a alteração do instituto da dedução dos prejuízos, em que não se tendo a coragem de o revogar, inventam-se meios e processos para a sua inviabilização. A concepção da redacção do nº 11 do artigo 52.º do CIRCS assume, na plenitude, o que se acaba de descrever, pois não age em função do mérito, ou demérito, que esteja na base da gestão, mas sim de uma forma cega, menosprezando situações de acidentalidade que possam ter influído na formação dos resultados, conduzindo a uma situação injustificada em que por efeito de acidente as empresas, para além do prejuízo sofrido com o acidente, são ainda penalizadas com um mecanismo que em vez de as proteger ainda as penaliza mais com a impossibilidade de dedução de prejuízos e com a agravação da tributação autónoma em 10%, ou seja, com o dobro do que se verifica numa situação normal. Este tipo de atitudes nada tem a ver com a realidade concreta das nossas empresas no dia-a-dia, mas sim com uma conceptualização do funcionamento do sistema fiscal à margem daquela realidade, consequência de quem desconhece a realidade, cujo conhecimento é ficcionado no conforto dos gabinetes governamentais.



**As pessoas queixam-se muito dos impostos. Somos um país com uma carga fiscal pesada? Se compararmos nominativamente o esforço fiscal português com o de outros países europeus, temos que concluir que o ainda fica aquém do verificado noutros países, no entanto, quando confrontamos o retorno dos impostos pagos, Portugal acaba por ter um retorno inferior ao que se verifica nesses países. É natural que as pessoas hoje sintam que pa-**

gam mais impostos do que aquilo que se verificava há cerca de 30 anos atrás. Em contrapartida, a sociedade organizada oferece outras oportunidades de formação e educação aos nossos jovens. Não existiam hospitais, nem saúde, tendencialmente gratuita, como hoje acontece. Estas e muitas outras coisas custam dinheiro, não só na sua construção, mas também na sua manutenção, e esse dinheiro só pode advir dos utilizadores daqueles serviços e benefícios.

**Como vê a obrigatoriedade da certificação de software informático contabilístico?**

Sou dos que defendo convictamente uma sociedade organizada, justa e o mais possível igualitária. Não faz, pois, qualquer sentido termos situações de cidadãos e entidades cumpridoras e, por outro lado, manter situações que incentivem o incumprimento ou transmitam a imagem de impunidade para os que não cumprem. Todos conhecemos que, como diz o povo, ‘a ocasião faz o ladrão’, por isso só posso estar de acordo com medidas que manifestem aquela preocupação de rigor e enquadramento igualitário de todos os cidadãos no mesmo patamar de obrigações. É minha convicção que a certificação do software utilizado pelas empresas só pode ajudar a maior rigor e transparência na vida económica e financeira das empresas portuguesas, constituindo-se como um importante factor de combate à fraude e evasão fiscal.

**Foi o primeiro ano de aplicação do Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Este transparece a verdadeira realidade da empresa?**

O SNC não é apenas uma alteração ao plano de contas das empresas. É uma verdadeira revolução, não só da contabilidade na sua concepção científica, mas também, e particularmente, na atitude dos profissionais perante a sua execução. É conhecido o esforço que a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas despendeu para que os profissionais melhor compreendessem a nova realidade emergente dos novos conceitos e valores contabilísticos emergentes do SNC. Na recente conferência da Comissão de Normalização Contabilística, na sequência do observatório de aplicação do SNC, foi revelado os índices recolhidos quanto à implementação do SNC, sendo os resultados todos eles superiores a 60%, o que não deixa de ser revelador do grande sucesso que representa a implementação do SNC em Portugal.